Publicado em 28/05/2024 - 05:54

No RS, Alckmin acena com crédito de R$15 bi para grandes empresas

Empresas terão R$ 15 bi para crédito

Anúncio foi feito pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, durante visita a Caxias do Sul, mas detalhes só serão divulgados hoje

HENRIQUE TERNUS
henrique.ternus@pioneiro.com

Apesar da forte expectativa, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, não fez grandes anúncios na sua visita a Caxias do Sul ontem. Após encontro com lideranças empresariais na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC), Alckmin afirmou que as aguardadas medidas de socorro a grandes empresas em razão da tragédia climática devem ser lançadas hoje.

Segundo o vice-presidente, um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda ontem, iria definir os últimos detalhes de uma medida provisória (MP). Alckmin afirmou que um montante de R$ 15 bilhões deve ser liberado para concessão de crédito, com foco nas grandes indústrias, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– Está praticamente elaborada a medida provisória, que deve definir a questão do crédito para as grandes empresas. Mas tenho certeza de que vai surpreender positivamente a todos – garantiu.

Ainda na coletiva, Alckmin falou sobre a liberação de programas de auxílio a juro zero, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Estas medidas já haviam sido anunciadas pelo governo federal e passaram a valer desde ontem.

Depreciação

Alckmin afirmou que a lei da depreciação acelerada, voltada à renovação de máquinas e equipamentos, será sancionada hoje.

– A depreciação de uma máquina, geralmente, ocorre em 15 anos, e vai ser feita em dois anos. São R$ 3,4 bilhões – finalizou.

Pela manhã, Alckmin visitou o parque fabril da empresa Marcopolo e conheceu projetos de descarbonização.

À tarde, após encontro na CIC, o vice-presidente foi ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Caxias do Sul (Sindicomerciários). Lá, recebeu demandas dos sindicalistas para preservação do emprego e prorrogação das convenções coletivas por 180 dias.

O que mais foi dito

QUESTÕES TRABALHISTAS

• Integrantes da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC) alertaram o vice-presidente quanto ao risco de empresas afetadas pela calamidade não conseguirem pagar os salários dos funcionários no dia 5. O setor demanda medidas de auxílio do governo federal para conseguir quitar a folha.

• Na coletiva, Geraldo Alckmin limitou-se a dizer que recebeu o documento da CIC e repassou ao secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Francisco Macena, que acompanhou a comitiva.

• Em nota, o gabinete do vice-presidente afirmou que, durante a visita ao Sindicomerciários, ele "se comprometeu em nome do governo de que construirão alguma proposta que atenda à demanda de proteção dos empregos mas respeitando as especificidades de cada lugar dentro do Estado, pois as realidades não são homogêneas".

• Também presente, o governador Eduardo Leite confirmou a preocupação com a manutenção do emprego e da renda.

– Estamos demandando, com absoluta urgência, um programa de benefício emergencial onde o governo suporte parte do custo do salário para evitar as demissões. Isso aconteceu na pandemia. A gente precisa que ele seja colocado em ação antes que as demissões aconteçam por parte das empresas. Vejo disposição de avançar, mas, por alguma razão que ainda não conseguimos entender qual, não conseguiram (*governo federal*) dar esse passo – disse.

BNDES EM PORTO ALEGRE

• Alckmin ainda confirmou que o BNDES terá uma unidade avançada na Capital.

– O BNDES já providenciou o local. Além de Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, terá uma unidade avançada aqui no Rio Grande do Sul. Será em Porto Alegre, no prédio do Conselho dos Contabilistas – disse.

BRUNO TODESCHINI

Ato também serviu para entrega de demandas do setor empresarial e dos trabalhadores

"Companhias estão há dias sem faturar"

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

Após a fala de Geraldo Alckmin em Caxias do Sul, lideranças de entidades voltaram a pedir agilidade no socorro às empresas.

O presidente da Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rodrigo Sousa Costa, afirma que as medidas sinalizadas pelo vice-presidente são bem-vindas, mas destacou que esse movimento ainda está no campo das intenções. Costa avalia que existe uma inversão de prioridades e que o governo deveria agir para "estancar a hemorragia", que pode inviabilizar muitos negócios nos próximos dias:

– Nós precisamos estancar a hemorragia, salvar os empregos e as empresas. Após salvar os empregos e as empresas nos próximos 10 dias, a partir daí vamos discutir o médio prazo, o longo prazo, a reconstrução.

Costa reforça que os anúncios até agora são importantes e necessários, mas são ações que deveriam andar em paralelo com medidas emergenciais. Nesse sentido, destaca alguns pontos elencados pela Federasul e outras entidades, como lay off (suspensão temporária das atividades) imediato para empresas atingidas direta ou indiretamente, regulamentação de medidas de proteção ao emprego, como antecipação de férias individuais e coletivas e possibilidade de redução proporcional de jornada e salário, prorrogação de impostos e obrigações acessórias federais e linha de financiamento com juros fixos.

O presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Claudio Bier, afirmou que o anúncio do vice-presidente traz pontos importantes para as empresas no Estado, como os R$ 15 bilhões para concessão de crédito. No entanto, também bateu na tecla de necessidade de dar celeridade ao processo:

– Tem de ser emergencial. Se não for medida emergencial, não vai resolver o problema, porque as companhias estão há dias sem faturar. Tem gente que não conseguiu entrar na empresa ainda.

Projeto prevê redução de jornada e salário

MATHEUS SCHUCH
matheus.schuch@rdgaucha.com.br

Enquanto se aguarda o anúncio do governo federal, o deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS) apresentou projeto de lei que prevê medidas para manutenção de emprego, como desoneração da folha de pagamento e suspensão de impostos.

Chamado de Retoma RS, o texto contempla boa parte do pleito de empresários que precisaram interromper suas operações e agora preveem um longo período para recuperação.

O projeto traz algumas medidas que já foram levadas ao governo ou que constam em outros projetos em tramitação. Para Westphalen, é necessária a aplicação da alíquota zero nas contribuições destinadas à seguridade social, a isenção do imposto de renda de pessoa física e autorização de medidas trabalhistas alternativas, como redução de jornada e salário e férias coletivas imediatas.

O parlamentar propõe que as medidas sejam válidas por cinco anos, com exceção do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O programa valeria por até 90 dias, prorrogável enquanto durar a calamidade. Este programa foi adotado durante a pandemia.

– Estamos falando da quarta maior economia do país, que mantém 1,48 milhão de carteiras assinadas. É este quantitativo que está em vias de colapsar – argumentou o deputado.

No Senado, Irineu Orth (PP-RS) propôs que o governo federal assegure ao Estado e aos municípios a média de arrecadação do ICMS dos últimos 12 meses. A metodologia também se baseia na experiência da pandemia.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 6

Copyright © Clipclap 2025.